AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A GESTÃO ESCOLAR NA CONTEMPORANEIDADE: FUNDESCOLA/PDE

The Educational Policies for Management School in Contemporary: Fundescola/PDE

Las Políticas Educativas Para La Gestión Escolar En Contemporánea: Fundescola/PDE

Rayane Regina S. Gasparelo[1]

Marisa Schneckenberg[2]

RESUMO: Este artigo faz uma análise das políticas públicas educacionais a partir de 1990 e o impacto por elas provocado na definição das políticas educacionais para a gestão escolar. Como marco efetivamente desta influência sinaliza-se o programa Fundo de Desenvolvimento da Escola – FUNDESCOLA, que foi elaborado pelo Ministério da Educação em parceria com o Banco Mundial e o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, projeto destaque deste programa. Sinteticamente, o objetivo deste trabalho trata da busca por indicar pontos determinantes da política de nível econômico e social produzidos historicamente e sobre a intervenção de organismos multilaterais que influenciam a definição das políticas educacionais brasileiras. Apoiando-se em bibliografias pertinentes ao tema, e análise documental, pode-se verificar que o PDE enfatiza em sua concepção inicial a autonomia da escola, mas além de não impulsionar mudanças significativas no âmbito pedagógico, impõe instrumentos de controle sobre os projetos, manuais e planejamento de ações, normas para utilização de recursos e prestação de contas do dinheiro repassado à escola, ou seja, imprime na organização do trabalho e na gestão escolar uma lógica gerencial, divisão do trabalho, ênfase na burocracia e em atividades que não geram melhorias no trabalho pedagógico, fazendo sobressair ações contra os princípios da democracia e a favor da lógica mercadológica.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Gestão escolar. Organização do trabalho pedagógico. Plano de Desenvolvimento da Escola / PDE.

INTRODUÇÃO

A década de 90 ficou marcada pelas reformas do Estado no âmbito político, social, econômico e educacional. Reformas estas, advindas da crise do capitalismo ou crise de superprodução (produção excedente ao consumo). Castanho (2009) explica que no Brasil, a crise capitalista é marcada com a 'maré da globalização contemporânea' que iniciou evidentemente por volta de 1973 com a crise mundial do Petróleo. Nesse contexto o Estado pautado no modelo Keynesiano (Estado de Bem Estar Social) passa a seguir os princípios neoliberais de organização e intervenção estatal.

[1]**Rayane Regina S. Gasparelo**: Pedagoga. Especialista em Gestão Educacional; Docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Mestranda em Educação – PPGE/Unicentro/PR – Bolsista CAPES. E-mail: rayanegasparelo.0706@gmail.com;

[2] **Marisa Schneckenberg**: Professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/ Unicentro-PR. Doutora em Educação. E-mail: marisaunicentro@hotmail.com.

Pautando-se nas orientações de organismos internacionais, é proposta no Brasil uma nova organização do Estado, redefinindo suas responsabilidades de acordo com a reconfiguração do capital. A reforma do Estado Brasileiro aconteceu com o chamado: Plano Diretor (BRASIL, 1995), que foi justificado por uma crise fiscal e superação da administração pública burocrática. Este foi elaborado pautando-se no discurso social democrata com viés gerencial para todas as áreas da administração pública, ou seja, propunha-se com o documento modernização, eficiência, qualidade nos serviços prestados com intervenção estatal mínima e a efetivação de uma cultura gerencial nas instituições.

Além destes princípios, o Plano Diretor (BRASIL, 1995) fixou metas de curto, médio e longo prazo. Em curto prazo propõe a implementação da administração pública gerencial; médio prazo: emendas e regulamentações na perspectiva da administração gerencial, baseada no controle social. E, em longo prazo, que seria até 1999, o Estado como regulador do desenvolvimento social e econômico.

Peroni (2008) explica que a crise no capitalismo e a Reforma do Estado afetaram diretamente as políticas educacionais, pois na tentativa de superação dessa crise, há uma redefinição do papel do Estado, diminuindo a sua atuação como executor das políticas sociais, implementando-se um Estado neoliberal.

O Estado pautado nos princípios do neoliberalismo, cuja intervenção é mínima, delibera funções de direito público estatal para outras organizações/instituições, como Organizações Não Governamentais (ONG's), que passam a assumir responsabilidades perante as necessidades sociais e de direito público. Assim, o Estado, enquanto poder soberano no sistema Constitucional-legal deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento de ordem social e passa a ser o promotor e regulador dos serviços públicos ligados principalmente à educação, saúde, cultura e atividades de pesquisa científica.

O Plano Diretor (BRASIL, 1995) em síntese sugere a divisão do aparelho Estatal[3] em quatro setores: núcleo estratégico, atividades exclusivas, serviços não exclusivos e produção de bens e serviços para o mercado. Esse desmembramento das funções sugere a possibilidade de reduzir a incumbência do Estado no que diz respeito à execução e prestação direta de serviços, acompanhando a tendência de facilitador e parceiro, como sugere o Banco Mundial (BM). "O papel atribuído ao Estado no referido documento do BM é a orientação para que ele

[3] Bresser Pereira (Brasil, 1995) distingue Aparelho de Estado e Estado. O aparelho é o poder sobre as pessoas, orienta uma administração pública mais eficiente, constituído pelo poder executivo, legislativo e judiciário. O Estado é a organização mais ampla, burocrática, poder soberano no sistema Constitucional legal para manter a ordem e o sistema de classes vigentes dentro da sociedade.

diminua seus investimentos no financiamento público a fim de permitir a eficiência e a equidade" (SOUZA; LARA, 2013, p. 156).

Diante desta breve explanação alicerçada em Castanho (2009); Leher (2003); Plano Diretor (BRASIL, 1995); Ação Educativa (2005); Peroni (2008), entre outros autores de correspondente relevância, considera-se necessária a discussão sobre o impacto das políticas públicas a partir de 1990 na definição das políticas educacionais, – analisando principalmente as políticas para gestão escolar. O Programa FUNDESCOLA, criado entre a parceria Ministério da Educação (MEC) e BM subsidia o projeto Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), que se trata de um projeto para o planejamento estratégico que afeta diretamente na gestão e na organização do trabalho escolar, o qual será objeto de reflexão neste estudo.

Para tanto, o presente trabalho estrutura-se em seu desenvolvimento em três fases que se inter-relacionam: primeiramente discute as políticas públicas nos anos de 1990 – A Reforma do Estado e a redefinição do seu papel na sociedade; o segundo momento traz a concepção do Banco Mundial para a Educação; e por fim realiza-se uma breve análise dos objetivos do FUNDESCOLA/PDE para a gestão escolar.

O estudo foi realizado pautando-se em autores que tratam da temática, e análise de documentos como o Manual de Implantação: Fundescola/DIPRO/ FNDE/MEC, (BRASIL, 2006b); Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola, Brasília(2006a); Banco Mundial em Foco, Ação Educativa (2005); Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (BRASIL, 1995). Estes, considerados de extrema importância para investigação da temática. Evangelista (2009) aponta que para compreender as políticas educacionais contemporâneas precisamos considerar o processo histórico dos anos de 1990. Anos permeados por reformas na educação, cujos objetivos estavam atrelados aos projetos da burguesia e a crise do capitalismo.

Com relação à análise documental Evangelista (2009, p. 64) destaca que se faz necessário "[...] sangrar a fonte", ou seja, investigar nos documentos suas origens, tendências, influências, mudanças e poder. Perceber nas entrelinhas, o que está visto e o que não está.

ANOS 90: POLÍTICAS DE IDEÁRIO NEOLIBERAL

Para iniciar a discussão em torno das políticas públicas dos anos de 1990, é

conveniente relembrar brevemente alguns momentos antecedentes.

O término do regime militar em meados de 1985 encaminhou o país para uma época de lutas pela redemocratização da sociedade e da educação, políticas voltadas para o bem estar social reconfigurando o Estado, suas funções e suas instituições.

Para Peroni (2008) os anos de 1980, foram de luta por uma sociedade mais justa e igualitária e por direitos sociais (participação popular e de organização da sociedade na luta pelos seus direitos; movimentos sociais vinculados à democracia, à gestão democrática do Estado, participação da comunidade). Seria realmente o fim da ditadura. Entretanto,

> [...] a participação popular e a luta por direitos sociais sofreu o impacto das estratégias do capital para superação de sua crise: neoliberalismo, globalização e reestruturação produtiva, que já estavam em curso no resto do mundo e vinham em sentido contrário a esse movimento de democracia (PERONI, 2008, p. 06).

Assim, em 1990 iniciam-se os discursos de que o Estado havia assumido inúmeras responsabilidades tornando-se ineficiente, e diante desta situação a solução seria a implementação de um Estado mínimo, onde o mercado regulamentaria o Estado pautado nos parâmetros de eficiência, competitividade e qualidade. Assim,

> No final da década de 1980, os países da América Latina estavam em déficit econômico e o papel do Estado passava por redefinição como conseqüência da crise e esgotamento do Estado keynesiano desenvolvimentista, também conhecido como Welfare State ou Estado de Bem-Estar Social, o qual por meio dos seus gastos objetivava ampliar a demanda efetiva, impulsionando o crescimento das atividades econômicas e evitando crises. Não imune ao fracasso de seu propósito, a crise atingiu esse Estado, traduzindo-se no aumento da inflação e do endividamento público, na queda ou no lento crescimento da produção, no aumento do desemprego e constituiu-se num forte apelo à maior penetração das idéias liberais (defesa da propriedade privada, da economia de mercado, laissez-faire, etc.) (YANAGUITA, 2011, p. 01-02).

Compreendendo os anos de 1991 a 1994, os governos de Fernando Collor e Itamar Franco deliberam os primeiros programas de privatizações, liberalização do comércio e redução da circulação da moeda por meio do confisco das cadernetas de poupança. Nesse sentido, é perceptível que as políticas públicas dos anos 90 caminhavam articuladas às questões econômicas, políticas e ideológicas assumindo a manutenção do sistema e o caráter de classe na sociedade.

> É preciso considerar, também, que existe um consenso entre o **BID**[4] e o Banco Mundial, quanto ao Estado oferecer os serviços essenciais básicos de educação e de

[4] BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento): trabalha para eliminar a pobreza e a desigualdade e promover o crescimento econômico sustentável. O Banco auxilia os clientes na elaboração de projetos e oferece financiamento, assistência técnica e conhecimentos para apoiar intervenções de desenvolvimento. O BID utiliza

> saúde. Esses serviços têm como meta manter a pobreza em níveis suportáveis, atendendo as demandas sociais críticas para administrar os efeitos recessivos das duras políticas de ajuste econômico. Nessa direção, a intervenção do Estado nas áreas de educação e saúde básicas contribui para criar as condições favoráveis mínimas para implementar as políticas de ajuste econômico, visando contribuir com a estabilidade política e social. (FIGUEIREDO, 2009, p. 1126, grifo nosso).

Adentrando em 1995, assume o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e as políticas de cunho neoliberal 'germinam em terreno fértil'[5]. Zanardini e Peletti (2013) explicam que nesta época pautando-se nas orientações de organismos internacionais, é proposta no Brasil uma nova organização do Estado: a reforma do Estado baseada na ideologia da globalização, redefinindo o papel deste de acordo com a reconfiguração do capital.

A reforma do Estado aconteceu com o chamado: Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (BRASIL, 1995), documento elaborado por Luis Carlos Bresser Pereira, Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, justificando-o por uma crise fiscal, mau funcionamento das instituições públicas e superação da administração pública burocrática.

> Considerando-se esta tendência, pretende-se reforçar a governança – a capacidade de governo do Estado – através da transição programada de um tipo de administração pública democrática, rígida e ineficiente, voltada para si própria e para o controle interno, para uma administração pública gerencial, flexível e eficiente, voltada para o atendimento do cidadão. (BRASIL, 1995, p. 13).

Portanto, como tentativa de superação dessa crise O Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (BRASIL, 1995) vai definir os setores no Estado: 1º) núcleo estratégico que se refere ao poder legislativo e judiciário definidor das políticas públicas e o seu cumprimento, relaciona-se a efetividade; 2º) o setor das atividades exclusivas, o qual cabe à operacionalização do núcleo estratégico, poder de regulamentar, fiscalizar e fomentar; 3º) atividades não exclusivas, setor este, que abarca as políticas sociais, como: educação, saúde, segurança. Neste, o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não estatais e privadas, ou seja, ocorre a publicização e relaciona-se à eficiência na prestação dos serviços; e o 4º setor refere-se à produção de bens e serviços para o mercado englobando esferas da sociedade privada que assumem atividades públicas com obtenção de lucro.

Nota-se claramente que com esta medida, o Estado deixa de ser o responsável pelo desenvolvimento econômico e social e passa a ser regulador. Nessa lógica,

---

dados empíricos para tomar decisões e medir o impacto desses projetos, buscando aumentar sua eficácia no desenvolvimento. Disponível em: <http://www.iadb.org/en/about-us/what-we-do,5997.html>.

[5] Expressão utilizada por Roberto Leher (2003) em: Reforma do estado: o privado contra o público.

> A necessidade que o capital tem do Estado é crescente; não apenas para facilitar o planejamento capitalista, assumir riscos ou para manejar ou conter conflitos de classes, como também para levar a cabo as funções sociais abandonadas pela classe apropriadora e minorar os seus efeitos anti-sociais. **Com isso, o Estado social deverá prosseguir encolhendo**, cúmplice do capital em seus propósitos anti-sociais, em detrimento do bem público. (LEHER, 2003, p. 30, grifo nosso).

O formato gerencial marcou a administração pública, cujo objetivo seria garantir a eficiência, e adaptar-se ao capitalismo global e competitivo que se estabelecia nesta fase. Portanto,

> A reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações. (BRASIL, 1995, p. 15-16).

Peroni (2008), no entanto evidencia que a crise não está no Estado e sim no Capitalismo, trata-se de uma crise estrutural do capitalismo, e como as estratégias de superação da crise atendem a lógica de mercado como o Neoliberalismo, a Globalização, a Reestruturação Produtiva e a Terceira Via é que estão redefinindo o papel do Estado. Compreende-se que as políticas públicas pensadas no contexto da reforma do Estado, com o Plano Diretor (BRASIL, 1995) relaciona o desenvolvimento social à eficiência que está conectada as políticas de privatizações e publicizações, cujo foco está nos resultados e não no processo.

Segundo Zanardini e Peletti (2013) com as mudanças advindas do capitalismo exige-se então uma ‘nova’ escola; ‘novas’ instituições; ‘novos’ homens que respondam e se adaptem as demandas das novas formas de produção capitalista.

Nesse contexto, onde a crise do capitalismo dita as regras de organização, entende-se que há significativas alterações no modo de vida das pessoas, na maneira como pensam e se relacionam, na forma como produzem e consomem. E a instituição escolar sofre algum impacto nesse cenário onde o capitalismo coordena as relações de produção.

A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA REFORMA DO ESTADO E A CONCEPÇÃO DO BANCO MUNDIAL

Como a educação não ficou nem no núcleo estratégico e nem nas atividades exclusivas do Estado, Zanardini e Peletti (2013) explicam que é proposto no Brasil a reforma da Educação Básica, com o objetivo de formar um novo homem capaz de se adaptar à sociedade e às necessidades advindas do capitalismo.

> O principal documento que dá base à Reforma da Educação Básica no Brasil, assim como em outros países da América Latina é resultado da Conferência Mundial sobre Educação para todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, intitulado 'Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem'. Tal Conferência foi 'organizada' pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) e o Banco Mundial. (ZANARDINI; PELETTI, 2013, p. 16).

Tal documento enfatizava a centralidade na educação básica, ou seja, a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem e não ao amplo acesso a todos os níveis de ensino. "As novas políticas sociais se caracterizam pela expressão 'para todos': saúde, água, saneamento e educação para todos. Mas não incluem empregos nem, portanto, renda para todos". (CORAGGIO, 2007, p. 87). Da mesma forma,

> [...] no âmbito das políticas preconizadas pelo Banco Mundial, à afirmação da educação como um direito universal é subsumida ante a perspectiva economicista em mais de um sentido. Primeiramente porque, visando à restrição do gasto público e a geração de superávit por parte dos países pobres e endividados, limitam-se as metas educacionais — com focalização no ensino primário — e o investimento em insumos essenciais como os professores. Além disso, incentiva a lógica de mercado como fator de eficiência dos sistemas de ensino, tanto pelo posicionamento das famílias como consumidoras de um serviço — chamando-as até mesmo a se co-responsabilizarem por sua manutenção — quanto franqueando os níveis educativos mais elevados à atividade capitalista por meio da privatização. (AÇÃO EDUCATIVA, 2005, p. 17).

Fica evidente que o direito à educação é somente para os anos iniciais/ensino primário, para que crianças tenham acesso somente às primeiras letras (formação do trabalhador, lógica de mercado, ler, escrever e calcular o mínimo) e privatização dos níveis educativos mais elevados.

Em vista disto, difunde-se a partir dos anos de 1990, conforme Zanardini e Peletti (2013) uma nova pedagogia: a pedagogia da hegemonia (educação para o consenso em torno de ideias, ideais e práticas adequadas aos interesses privados do grande capital nacional e internacional). "[...] o papel a ser desempenhado pelas escolas de governo será fundamental através de programas de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos diretamente relacionados aos objetivos da reforma do aparelho do Estado" (BRASIL, 1995, p. 55).

> Para enquadrar a realidade educativa em seu modelo econômico e poder aplicar-lhe seus teoremas gerais, o Banco estabeleceu uma correlação (mais do que uma analogia) entre sistema educativo e sistema de mercado, entre escola e empresa, entre pais e consumidores de serviços, entre relações pedagógicas e relações de insumo-produto, entre aprendizagem e produto, esquecendo aspectos essenciais próprios da realidade educativa. (CORAGGIO, 2007, p. 102).

Transparece nesse contexto que a proposta para a educação escolar resume-se em mantenedora do status quo do modo de produção capitalista (competição/eficiência) e as reformas educativas priorizam um modelo de gestão gerencial, descentralização principalmente dos aspectos financeiros cabendo aos estados, municípios, família, comunidade, empresas privadas e as organizações sociais (ONG's) essa responsabilidade e construção de consensos e coordenação de ações.

Compreende-se que para o BM a qualidade da educação está somente na parte estrutural da escola, desvalorizando outros aspectos que são determinantes, ou seja,

> As políticas do Banco Mundial têm impacto direto no nível salarial dos professores. O Banco questiona o pressuposto de que o aumento no salário dos professores bem como do número de professores por aluno se traduz em melhora da qualidade do ensino. Em seus documentos, argumenta que, segundo suas pesquisas, a qualidade das instalações escolares ou do material didático tem um impacto cerca de dez vezes maior sobre a qualidade do ensino do que o aumento salarial aos professores. No que se refere ao tamanho das classes, 40-50 alunos por professor é uma média satisfatória (AÇÃO EDUCATIVA, 2005, p. 16).

É interessante notar que basicamente as propostas do BM para a educação são feitas dentro da lógica e análise econômica, com contradições e interferências de interesses econômicos, políticos nacionais e internacionais. As "receitas educacionais"[6] apresentadas pelo Banco carregam a ideologia da descentralização administrativa, concentração de recursos no ensino fundamental e avaliação dos estabelecimentos de ensino pelos resultados na aprendizagem.

Atualmente o programa financiado pelo BM no Brasil é o FUNDESCOLA, criado e administrado pelo MEC e Banco Mundial desde 1998. Este comtempla 15 (quinze) subprogramas, mas nos atentaremos especificamente no PDE, buscando e explicitando as intenções, contradições e impactos na educação, especialmente no que se refere à gestão escolar e organização do trabalho pedagógico.

[6] Expressão utilizada no documento: Banco Mundial em Foco: um ensaio sobre a sua atuação na educação brasileira e na da América Latina. (AÇÃO EDUCATIVA, 2005).

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA-PDE: O QUE APONTAM OS DOCUMENTOS?

Diante da explanação anterior, entende-se que o Banco Mundial, em acordo com o MEC, sistematiza projetos que são repassados ao sistema educacional. Estes, de acordo com Fonseca e Oliveira (2003) visam eficiência, ou seja, maior produtividade educacional com menor custo, e eficácia, esta entendida como alcance de objetivos de impacto para melhorar o desempenho escolar, com sentido de expansão de matrículas, diminuição da evasão e da repetência. Segundo o Manual de Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola (BRASIL, 2006a, p. 10) "[...] São mudanças que devem se traduzir no compromisso irrevogável da escola com a eficiência, a eficácia e a qualidade".

O FUNDESCOLA é um programa desenvolvido nas escolas municipais e estaduais, cujo objetivo é promover um conjunto de ações para a melhoria da qualidade das escolas do ensino fundamental, ampliando acesso e permanência das crianças nas escolas públicas. Basicamente, trata de uma política de descentralização e municipalização do ensino fundamental brasileiro, implementado em 1998. E o PDE é o projeto principal deste programa de nível federal, o qual prioriza um modelo de planejamento estratégico e a elevação do grau de compromisso de diretores, professores e outros funcionários com os resultados educacionais.

Para participar desse projeto, a escola precisa ter mais de 100 alunos e elaborar um Plano de Desenvolvimento apontando seus objetivos, estratégias, metas e planos de ação a serem alcançados. No PDE, a escola faz um diagnóstico de sua situação, define seus valores e sua missão. Com esse viés,

> O PDE vê a escola como um todo em sua perspectiva estratégica, não apenas em sua dimensão pedagógica. É uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a definir suas prioridades estratégicas, a converter as prioridades em metas educacionais e outras concretas, a decidir o que fazer para alcançar as metas de aprendizagem e outras estabelecidas, a medir se os resultados foram atingidos e a avaliar o próprio desempenho. O PDE, como ferramenta gerencial, não substitui o pedagógico e sim o complementa. Não indica o método pedagógico a ser adotado, mas sinaliza se este está falhando. (BRASIL, 2006a, p. 11).

Percebe-se que a implementação de um processo gerencial de planejamento estratégico é ponto alto nesse projeto para buscar a melhoria da qualidade do ensino.

Constata-se nos documentos que a ideologia do projeto é fazer com que a escola analise o seu desempenho, seus processos, suas relações internas e externas, seus valores, sua

missão, suas condições de funcionamento e seus resultados. Instigando o planejamento do futuro, as técnicas e os processos que serão adotados para alcançar os objetivos, quem estará envolvido em cada passo e o perfil desejado para os seus alunos. De maneira que os custos para se garantir a qualidade do sistema educacional sejam baixos.

O projeto PDE de acordo com o documento Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola (BRASIL, 2006a) coloca que da preparação à implementação, desdobram-se em cinco etapas: (1º) preparação; (2º) análise situacional; (3º) Definição da visão estratégica e do plano de suporte estratégico; (4º) Execução; (5º) monitoramento e avaliação. No entanto,

> Todo o processo de elaboração e implementação do PDE é coordenado pela liderança da escola, que tem no diretor(a) seu representante máximo. A comunidade escolar participa da sua elaboração, mas isso não significa que todos devam participar de tudo. Embora todos possam e devam opinar, é importante e necessário criar uma estrutura que garanta a elaboração e a implementação do PDE de maneira organizada e eficaz. (BRASIL, 2006a, p. 27).

Ressalta-se a ênfase na figura do diretor. Este, segundo o documento sendo o representante legal do projeto indica uma maior autonomia da escola no processo de decisão e implementação dos recursos, cuja regra é empregá-los em conservação, reparos e manutenção da estrutura física da escola, bem como aquisição de material de consumo.

> A obtenção de assistência financeira para implementação de qualquer das ações executadas pelos estados ou municípios fica condicionada à elaboração e encaminhamento de projeto à Diretoria de Programas (DIPRO), em forma de Plano de Trabalho Anual, em que serão especificadas as metas físicas e financeiras, a estratégia de implementação e os beneficiários da ação. Manual de Orientação, Execução, Repasse de Recursos e Prestação de Contas de Convênios no Âmbito do FUNDESCOLA. (BRASIL, 2006b, p. 29).

Portanto, a autonomia que a escola tem para empregar os recursos é direcionada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base o regime dos anos 90, o posicionamento crítico e atento de autores que buscam compreender o que está nas entre linhas das políticas e os documentos que normatizam um programa em específico para a educação, pode-se depreender que as políticas sociais universais, principalmente a que corresponde à formação do sujeito é uma política que

contribui para a divisão de responsabilidades entre as instâncias, incentiva as parcerias com as instituições não-governamentais, empresas privadas e comunidade.

A escola nesse cenário precisa atender as demandas da reestruturação produtiva. "Quer dizer, a função social da escola é proposta por alguns organismos internacionais e pelo empresariado, que esperam que as escolas apenas respondam ao setor produtivo, um retorno à teoria do capital humano". (PERONI, 2008, p. 06).

O Fundescola e o projeto PDE, embora em sua concepção inicial evidencie a possibilidade de maior poder de decisão para a escola, na prática impõe mecanismos e instrumentos de controle, para a utilização e prestação de contas do dinheiro repassado à escola. Nesse sentido, há autonomia na decisão para empregar os recursos? Fica claro que a autonomia é relativa, pois os documentos direcionam que os gastos precisam acontecer na estrutura física da escola. E, esse princípio integra exatamente a proposição do Banco Mundial, pois para este organismo a qualidade da educação está no material didático e nas instalações da escola, ou seja, na aprendizagem em massa. Nessa questão,

> [...] o PDE expressa uma modalidade de reforma voltada para a estrutura do sistema educativo tendo, como alvo principal, a racionalização de gastos e a eficiência operacional, sendo a questão pedagógica tratada secundariamente, como decorrência automática dos procedimentos que afetam o funcionamento escolar. (FONSECA; OLIVEIRA, 2003, p. 13).

Assim, o projeto em pauta, implementado pelas escolas desde 1998 nas regiões do Norte, Nordeste e Centro-oeste e após 2005 em todas as outras regiões brasileiras, revela uma espécie de reforma voltada somente para a estrutura do sistema educativo, tratando a questão pedagógica, que deveria ser primordial, em segundo plano.

Peroni (2008) pontua que nessa lógica as políticas educacionais acabam priorizando o acesso à escolarização, mas a permanência e a qualidade são funções exclusivamente da instituição e seus atores.

Acredita-se sim, que os protagonistas do dia a dia escolar têm sim responsabilidades e estas precisam ser assumidas. A função social da escola precisa ser pensada em tempo onde impera o capitalismo. O que estamos atendendo no exercício educativo? Quais interesses há nas políticas educacionais? Que formação temos, e qual formação queremos para nós e os educandos?

No entanto, no montante de responsabilidades precisa-se considerar o papel do Estado. "Necessitamos de políticas que ampliem as possibilidades de democratização da educação. [...] ampliou-se o acesso, a permanência, o conhecimento? Melhorou o financiamento da

educação? A valorização do magistério?" (PERONI, 2008, p. 11).

Constata-se que a influência de organismos internacionais na definição das políticas educacionais, torna-as concomitante à lógica mercadológica e empresarial, pautando as deliberações na eficiência e eficácia e a formação do sujeito para o trabalho alienado. Assim,

> [...] é sugerido que a educação escolar, como componente da ação do Estado, assuma um importante papel ideológico para a manutenção do *status quo* do modo de produção capitalista, sendo que a mesma é vista como fundamental para a naturalização das desigualdades, contribuindo desta forma para a "política de aliviamento da pobreza", pensada e imposta pelos organismos internacionais com o consentimento das autoridades nacionais, por meio de um "consenso". (ZANARDINI; PELETTI, 2013, p. 23).

Cabe concluir diante desta explanação, que há muitos resquícios das políticas dos anos 90 na contemporaneidade, e como exemplo dessa situação o projeto aqui destacado, o PDE. Portanto, diante desta situação, o que pode ser feito? De acordo com Peroni (2008) se almejamos mudanças e transformações significativas precisamos começar a ser mais propositivos e recear todas as políticas que estão sobre a tutela das agências multilaterais.

Cabe então, aos gestores, docentes, comunidade, sociedade em geral lutar por uma política educacional em defesa da escola pública como chave de uma educação democrática, universal e gratuita. Seria então, um processo coletivo para modificar práticas naturalizadas, repensando e reconstruindo alguns aspectos inquestionáveis e enraizados em nossa sociedade.

ABSTRACT: This article analyzes the educational policies since 1990 and the impact caused by them in the definition of educational policies for school management. As a mark of this influence effectively signals to the School Development Fund program – FUNDESCOLA, which was prepared by the Ministry of Education in partnership with the World Bank and the School Development Plan – PDE, highlight design of this program. In summary, the objective of this work deals with the search for points indicate determinants of economic and social policy level historically produced and the intervention of multilateral organizations that influence the definition of Brazilian educational policies. Leaning on relevant to the subject bibliographies, and document analysis, it can be seen that the PDE emphasizes in its initial design school autonomy, but in addition to drive significant changes in the educational context, imposes control instruments on the projects, manuals and action planning, standards for use of resources and provision of the money transferred to school accounts, ie prints in work organization and school management a managerial logic, division of labor, emphasis on bureaucracy and activities that do not generate improvements in pedagogical work, bringing out actions against the principles of democracy and in favor of market logic.

Keywords: Educational policy. School management. The Pedagogical work organization. Development Plan of the School / PDE.

RESUMEN: Este artículo analiza las políticas educativas desde 1990 y el impacto causado por ellos en la definición de políticas educativas para la gestión de la escuela. Como muestra de esta influencia señala eficazmente al programa del Fondo de Desarrollo de la Escuela - FUNDESCOLA, que fue preparado por el

Ministerio de Educación en colaboración con el Banco Mundial y el Plan de Desarrollo de la Escuela - PDE, diseño destacado de este programa. En resumen, el objetivo de este trabajo trata sobre la búsqueda de puntos indican determinantes del nivel de la política económica y social producida históricamente y la intervención de los organismos multilaterales que influyen en la definición de políticas educativas brasileñas. Apoyado en relevante para las bibliografías temáticas, y análisis de documentos, se puede observar que el PDE hace hincapié en su autonomía inicial escuela de diseño, pero además de impulsar cambios significativos en el contexto educativo, impone instrumentos de control sobre los proyectos, manuales y la planificación de acciones, las normas para el uso de los recursos y la prestación del dinero transferido a las cuentas de la escuela, es decir, se imprime en la organización del trabajo y la gestión de la escuela una lógica de gestión, la división del trabajo, el énfasis en la burocracia y las actividades que no generan mejoras en el trabajo pedagógico, trayendo a cabo acciones contra los principios de la democracia y en favor de la lógica del mercado.

Palabras-clave: La política educativa. La gestión escolar. La organización del trabajo pedagógico. Plan de Desarrollo de la Escuela / PDE

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA. **Banco Mundial em Foco:** um ensaio sobre sua atuação na educação brasileira e na dos países que integram a Iniciativa Via Rápida na América Latina. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

BRASIL. **Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola:** aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz. 3. ed. Brasília, DF: FUNDESCOLA/DIPRO/FNDE/MEC, 2006a.

_____. **Manual de orientação, execução, repasse de recursos e prestação de contas no âmbito do Programa Fundescola.** Brasília, DF: FNDE, 2006b.

_____. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1995.

CASTANHO, S. Globalização, redefinição do estado nacional e seus impactos. In: LOMBARDI, J. C. (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação.** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados; HISTECBR; Caçador, SC: UnC, 2009.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In.: TOMMASI, L. de; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 2007.

EVANGELISTA, O. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional.** I Colóquio A Pesquisa em trabalho, educação e Políticas Educacionais. Belém: UFPA, 2009.

FIGUEIREDO, I. M. Z. Os Projetos financiados pelo Banco Mundial para o ensino fundamental no Brasil. **Educ. Soc,** Campinas, SP, v. 30, n. 109, p. 1123-1138, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 jul. 2014.

FONSECA, M.; OLIVEIRA, J. F. de. **O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE):** modernização, diretividade e controle da gestão e do trabalho escolar. 2003. Disponível em: <http://26reuniao.anped.org.br/trabalhos/05tmarfo.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2014.

LEHER, R. A Reforma do Estado: o privado contra o público. **Rev. Educação, Saúde e Trabalho,** v. 1, n. 2, p. 27-51, 2003.

PERONI, V. M. V. Políticas Públicas e Gestão da Educação em tempos de redefinição do papel do Estado In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, VII, 2008, Itajaí, título do documento. Anais. Itajaí, AnpedSul, 2008, p.2-15.

SOUZA, T. G.; LARA, A. M. B. O Papel do estado em Documentos de Política Educacional: a visão de agências multilaterais. **Roteiro,** Joaçaba, SC, v. 38, n. 1, p. 151-168, jan./jun. 2013.

YANAGUITA, A. I. **As Políticas educacionais no Brasil nos anos 1990.** 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhos Completos/comunicacoesRelatos/0004.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2014.

ZANARDINI, I. M.; PELETTI, A. B. O Estado Liberal e a Política Educacional Brasileira. **Rev. Eletrônica Pesquiseduca,** Santos, SP, v. 05, n. 09, p. 07-26, jan./jul. 2013.